



Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - 6º andar
70049-900 - Brasília-DF
Tel.: (61) 3312-8709 – ministro@defesa.gov.br

Brasília, 20 de julho de 2020.

Assunto: Requerimento de Informação nº 613/2020.

1. Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, refiro-me ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1271, de 24 de junho de 2020 e passo a tratar do Requerimento de Informação nº 613/2020, por meio do qual o Deputado PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV/DF) requer informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o afastamento do Professor Major Cláudio de suas funções no Colégio Militar de Brasília.

a. no dia 2 de junho do corrente ano, no interior do Colégio Militar de Brasília, durante uma live " (videoaula) da disciplina geografia, ministrada para as turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, o Major da ativa do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro, CLÁUDIO TADEU CARDOSO FERNANDES, desviou-se dos objetivos da sessão (constantes do Plano de Sequências Didáticas), manifestando-se em desacordo ao Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil e contrariando o previsto no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e o Regulamento Disciplinar do Exército;

b. com relação às justificativas formais para a abertura de processo administrativo disciplinar, informo que, em consequência dos atos praticados pelo referido militar, o Comandante e Diretor de Ensino do Colégio Militar de Brasília decidiu afastá-lo, temporariamente, das atividades docentes para que ele pudesse exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa em procedimento administrativo, por meio de Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), conforme preconiza a legislação específica a que os militares estão sujeitos. Teve também, como objetivo, preservar o profissional e proteger os estudantes do ambiente de intensas críticas e discussões que se instaurou após o incidente, em um período já tão conturbado pela pandemia do coronavírus e excessivamente penoso para os alunos (crianças e adolescentes) daquele Estabelecimento de Ensino; e

c. ressalta-se, por fim, que o fato em epígrafe foi judicializado por meio da Ação de Anulação do Desempenimento de Prestação F. 1.000.014-1/2006, ajuizada em 15/05/2006.

Federal, o que restringe o Comando do Exército de prestar quaisquer informações adicionais sobre o fato em tela, as quais podem ser obtidas através de consulta aos autos no site do STF.

3. Coloco-me à disposição para os esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência reputar necessários.

Atenciosamente,

FERNANDO AZEVEDO E SILVA
Ministro de Estado da Defesa



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Azevedo e Silva, Ministro(a) de Estado da Defesa**, em 22/07/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2501474** e o código CRC **634F9F19**.

GABINETE DO MINISTRO/GM
NUP Nº60042.000344/2020-14